

O Mercado financeiro e a economia de baixo carbono no Brasil (1)

Nivalde de Castro (2)

Ana Carolina Chaves (3)

Luan Santos (4)

De acordo com o sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), de 2021, para conseguir mitigar os piores efeitos da mudança climática, ações rápidas são necessárias. Ademais, o relatório reiterou a necessidade de limitar o aquecimento a menos de 1.5°C. No entanto, dados da Agência Internacional de Energia (IEA, da sigla em inglês) estimam que este limite seria da ordem de 2.1°C até o final do século, o que não está alinhado com a menor ambição do Acordo de Paris. Segundo o relatório anual "*Emissions Gap*" das Nações Unidas, de 2021, os compromissos e planos climáticos dos governos nacionais acarretariam um aumento de temperatura de 2.7°C.

Transformar as estruturas produtivas de países com distintas dinâmicas econômicas para atender as exigências de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) é um empreendimento complexo, tendo em vista que se situam em diferentes escalas de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, para que o Acordo de Paris e seus desdobramentos sejam bem-sucedidos, deve-se explorar uma pluralidade de estratégias para a descarbonização.

A 26ª Conferências das Partes sobre o Clima (COP26), realizada em Glasgow, determinou que as finanças e os investimentos sustentáveis são importantes instrumentos a favor do processo de descarbonização. Neste contexto, a indústria global de serviços financeiros pode assumir um papel fundamental para se atingir as metas líquidas zero (*net zero*) até meados do século. Contudo, destaca-se que as estimativas dos investimentos necessários para a transição apenas do setor energético até 2050 variam entre US\$ 3,5 trilhões e US\$ 5,8 trilhões por ano.

A partir deste enquadramento analítico, as imprescindíveis reduções das emissões de GEE irão exigir investimentos maciços em soluções de baixo carbono, tendo como um elemento catalizador e acelerador as políticas públicas. As instituições financeiras reconhecem que a transição para o *net zero* envolverá mais do que simples investimentos e subscrições de ativos e negócios "verdes", tais como energias renováveis, veículos elétricos e tecnologias baseadas em hidrogênio.

Assim, setores e empresas com maior intensidade de emissão de carbono necessitarão de financiamentos para viabilizar esta transição. Para muitas empresas, a transição significará uma mudança fundamental em suas operações e, para que essas mudanças aconteçam, precisarão de capital. Deste modo, seguradoras, financiadores e investidores tendem rapidamente a desempenhar um papel crucial na oferta de linhas de financiamento e de aporte de capital, bem como de incentivos e apoio a seus clientes.

A ampla gama de instrumentos financeiros, existentes hoje, demonstra que este mercado tem condições efetivas de contribuir para o desenvolvimento de financiamentos climáticos. Particularmente nos mercados secundários de ações cotadas em bolsa, já existem instrumentos consolidados, através dos quais podem ser realizados investimentos em prol da descarbonização. No Brasil, verifica-se o exemplo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), um indicador que expressa as cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial.

Com o gradativo aumento da sensibilidade social em relação ao aquecimento global, cada vez mais investidores tendem a buscar maneiras de contribuir e investir em soluções de baixo carbono, as quais, destaca-se, oferecem oportunidades de investimento atraentes, com perfis competitivos de maior retorno e menor risco. Até o momento, a discussão tem girado principalmente em torno de fluxos financeiros para investimentos líquidos negociados em mercados secundários. No entanto, os fluxos financeiros vão muito além dos instrumentos do mercado público, uma vez que abrangem investimentos no mercado privado, em créditos, finanças corporativas, soluções de seguros e muitos outros serviços financeiros.

Um estudo realizado pela gestora de ativos *Fidelity* calculou o desempenho de um portfólio de investimentos de cunho ambiental, social e de governança (ASG) a nível global, no período de 1970 a 2014, e concluiu que metade deles superou o retorno do mercado e apenas 11% apresentaram desempenho negativo. Já um estudo da *BlackRock*, a maior empresa de gestão de ativos do

mundo, constatou que, durante o auge da pandemia da Covid-19, em 2020, mais de oito dos dez fundos de investimento sustentável tiveram um desempenho melhor do que as carteiras de ações não baseadas nos critérios ASG. Nota-se que, além de pagar dividendos mais altos aos acionistas, as empresas com altos índices de investimentos ASG também tiveram maiores crescimentos nos preços de suas ações nos últimos cinco anos, de acordo com a pesquisa realizada pela *Morningstar*.

Em suma, este novo mercado financeiro e de investimentos sustentáveis pode estimular e promover tecnologias de baixo carbono no contexto da transição energética global. Há um número crescente de tecnologias emergentes com alto potencial de descarbonização, que podem modificar consideravelmente a indústria para superar o desafio de converter as matrizes energéticas.

Verifica-se que a busca por soluções aderentes à transição para uma energia limpa é imensa. A IEA estimou investimentos na ordem de US\$ 750 bilhões em energia limpa para 2021, destacando que os investimentos em energias renováveis precisarão aumentar substancialmente ao longo do tempo. Neste sentido, a Agência estima que os investimentos em geração de eletricidade e infraestrutura energética precisarão atingir US\$ 2,5 trilhões até 2030 para que seja possível o cumprimento das metas de *net zero*.

Relativamente ao setor de transportes, diversos países anunciaram planos para eliminar gradualmente os veículos movidos a combustíveis fósseis, incluindo a proibição da venda de novos veículos pesados à gasolina e a diesel. Como resultado, a indústria de veículos elétricos vem se desenvolvendo rapidamente, impulsionada por políticas públicas, especialmente na União Europeia, nos Estados Unidos e na China, *locus* central do oligopólio mundial da indústria automobilística. O impacto econômico sobre a cadeia produtiva desta indústria será muito forte e profundo, um típico exemplo schumpeteriano da "destruição criadora".

Merece ser destacado o efetivo potencial do hidrogênio verde, produzido a partir de energias renováveis, como eólica e solar, imprescindível para viabilizar a descarbonização de diferentes setores industriais e do transporte pesado e de longa distância. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o hidrogênio poderá atender mais de um quinto da demanda global total de energia em 2050 e, pelo menos, dois terços da produção total está projetada para ser hidrogênio verde. Para tanto, estimam-se investimentos totais entre US\$ 5 a 12 trilhões.

Por fim, a título de conclusão, soluções tecnológicas de baixo carbono são urgentemente necessárias, tendo em vista os impactos crescentes do aquecimento global. O desafio, porém, é que não existe uma solução única, o que se reflete na configuração diferenciada de estratégias nacionais, que mostram que as decisões são tomadas com base nas circunstâncias locais e nacionais. Além disso, o desenvolvimento, a implementação e a difusão das novas tecnologias exigem soluções financeiras adequadas, que possibilitem a criação e o desenvolvimento dos novos mercados de baixo carbono.

Na perspectiva brasileira, nota-se que são necessárias novas estratégias de financiamento sustentável para apoiar o financiamento da transição para uma economia sustentável. Ademais, dado o papel intermediário do setor financeiro e sua capacidade de alocar capital e apoiar a economia real, os agentes deste setor são fundamentais para transformar a economia e a sociedade brasileira em um sistema que reduza suas emissões de GEE. Soluções inovadoras em empréstimos e investimentos, bem como os fluxos financeiros canalizados por meio destes instrumentos, podem acelerar a adoção de novas tecnologias e direcionar recursos àquelas mais eficientes e de menos carbono intensivas.

- (1) Artigo publicado em Broadcast Energia. Disponível em: <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/746/42091795>
- (2) Nivalde de Castro é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).
- (3) Ana Carolina Chaves (Pesquisadora Plena do GESEL).
- (4) Luan Santos (Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC/UFRJ e do Programa de Engenharia de Produção - PEP/COPPE/UFRJ).